



1 ATA 197

2 Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, por videoconferência e
3 híbrido na Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, às treze horas e
4 trinta minutos, reuniram-se, com o Secretário de Conselho Alexandre Belino, os Intérpretes
5 de Libras: Natalyê Fonseca Steffen Miranda e Tainara da Silva de Villa. Com a participação
6 dos conselheiros titulares e suplentes: Jane Márcia dos Santos (SAS), Leticia de Azambuja
7 Rau (SAS), Amanda Ramos Luz (SAS), Ana Aparecida Tessari (SED), Sabrina Vieira da
8 Luz (SES), Jane Cristina Sombrio Gesser (SEA), Tiago Jun Sasaki (SIE), Tatiana de
9 Almeida Sada (FESPORTE), Paulo Sérgio Suldóvski (FCEE), Juliana Paula Buratto dos
10 Santos Pereira (FCEE), Juliana Nunes Probst (ASC), Marcela de Souza (ASC), Avanei
11 Tomaz de Bitencourt Vieira (Adear), Melissa Amaral Ribeiro de Medeiros (ACBG), Jairton
12 Fabeni Domingos (ADVIR), Lucimara Zaluski Galinski Pavesi (ADVB), Jairo da Silva
13 (ACIC), Elias do Nascimento Junior (Adevosc), Angelita Crespo Nunes (AAD), Maria
14 Jovelina Coelho Machado (Assidamf), Bruna Cristina Gomes de Araújo Daniel (Comped
15 Blumenau), Sidnei Pavesi (Comdef Brusque). Ausências justificadas: Jean Abílio Silva
16 (SSP), Paulo Roberto Ferronato (FCDX), Janaína Philippi Cecconi (SES). 1- Abertura /
17 apresentação dos presentes e levantamento do quórum regimental. O Presidente Paulo dá
18 as boas-vindas a todas as pessoas, agradece a central de intérpretes de Chapecó por
19 atuarem na nossa reunião. Estou como Presidente interino e hoje teremos a eleição da
20 nova mesa diretora e pede ao Secretário Alexandre que faça a chamada dos Conselheiros.
21 2- Leitura e aprovação da pauta. O Presidente Paulo solicita ao Secretário Alexandre que
22 faça a leitura, e será inserido dois pontos de pauta: Debate sobre a lei da fibromialgia – Lei
23 estadual nº 18.928/2024 (solicitada pelo Conselheiro Jairo) e a discussão sobre a surdez
24 unilateral (solicitada pela Conselheira Juliana Probst) na qual foi aprovada. 3- Aprovação
25 das justificativas dos Conselheiros ausentes. O Secretário Alexandre fala que alguns
26 Conselheiros justificaram suas ausências, na qual serão inseridas na ata, na qual foi
27 aprovada. Fala também, conforme nossa lei e regimento interno, o Conselheiro que faltar
28 sem justificativa 3 vezes consecutivos ou 6 vezes alternados sem justificativas durante o
29 ano, deverá ser substituído. Por isso é importante justificar sua ausência. 4- Aprovação da
30 Ata 196. O Presidente Paulo pergunta se todos receberam a ata finalizada e questiona se
31 alguém gostaria de fazer alguma alteração. A ata foi aprovada por unanimidade. 5- Eleição
32 da mesa diretora. O Secretário Alexandre fala que temos uma inscrição de chapa através
33 do e-mail do Conede: Paulo Sérgio Suldóvski (FCEE) como Presidente, Jairton Fabeni
34 Domingos (Advir) como Vice-Presidente, Bruna Cristina Gomes de Araújo Daniel (Comped
35 Blumenau) como Secretária e Tatiana de Almeida Sada (Fesporte) como tesoureira. São
36 esses inscrito em chapa para a eleição da mesa diretora. Os quatro integrantes fazem uso
37 da palavra, explicando o seu compromisso em estarem integrando a candidatura a mesa
38 diretora do Conselho. O Presidente Paulo fala que colocamos o nosso nome à disposição,
39 se tem alguém a se manifestar em contrário ou quiser falar nesse momento. O Secretário
40 Alexandre relata que não houve nenhuma manifestação em contrário. Então a chapa foi
41 eleita por aclamação em unanimidade. O Presidente Paulo agradece a confiança de todos
42 os Conselheiros e Conselheiras do CONEDE, na última gestão tivemos um trabalho muito
43 forte com as conferências municipais e regionais, assim como sempre o Conede já sempre
44 mobilizou as conferências em nosso Estado. Espero que com essa nova gestão, ano que
45 vem temos os 25 anos do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência,
46 agradeço a todos da chapa e ao Secretário do Conede pelos trabalhos técnicos aqui
47 desenvolvidos e a todos os Conselheiros e Conselheiras. 6- Formação das comissões
48 permanentes para o biênio 2024/2026. O Secretário Alexandre relata que nosso conselho



49 tem as comissões permanentes dentro do biênio e também quando tem conferência, ou
50 algum outro evento temos as comissões provisórias. Tivemos na gestão anterior a
51 comissão de denúncias, a comissão de atos normativos e a comissão de acompanhamento
52 dos Conselhos municipais. O Presidente Paulo sugere que com a nova mesa diretora, a
53 gente faça uma discussão sobre isso e traga uma proposta na próxima reunião ordinária de
54 dezembro. Todos aprovaram. 7- Ad Referendum – autógrafo do Projeto de Lei 282/2024 –
55 Inserir a Pessoa com Epilepsia como Pessoa com Deficiência na Lei estadual nº
56 17.292/2017. O Secretário Alexandre faz a leitura da resposta do Conede sobre este
57 autógrafo do Projeto de Lei: O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência,
58 no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Estadual nº 15.115/2010 e em consulta
59 no grupo dos Conselheiros do CONEDE/SC em *Ad Referendum*, se manifesta em sua
60 maioria **contrário** ao pedido de diligência a respeito do autógrafo do Projeto de Lei nº
61 282/2024, que “Acrescenta dispositivos ao artigo 5º § 1º, da lei estadual nº 17.292, de 19
62 de outubro de 2017, que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência”, oriundo da
63 ALESC. Este Conselho em sua maioria entende que doenças por si só, não é considerado
64 deficiência, e caso isso seja aprovado, será contra a Lei Brasileira de Inclusão – Lei
65 Federal 13.146/15. Seria isso, Presidente. O Presidente Paulo pergunta se alguém é
66 contrário ao Ad Referendum, está aprovado. 8- Encontro dos Conselhos Municipais 2025. O
67 Secretário Alexandre fala que tivemos até agora 4 encontros de Conselhos Municipais, que
68 foi realizado a cada 2 anos, o primeiro em Joinville que foi iniciativa do Comde Joinville, e
69 nos autorizaram a dar continuidade contando aquele como o primeiro encontro, depois
70 tivemos um em Itajaí, depois um em Blumenau e o último foi em Xanxerê. Esses encontros
71 são abertos as inscrições para o Conselho que quer sediar esse encontro, para troca de
72 ideias, debates, palestras tudo que envolva os Conselhos Municipais, e convidamos
73 também os municípios que ainda não tem o Conselho Municipal para estar conosco e se
74 motivarem a criar o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em seu Município. No
75 último encontro em Xanxerê, tivemos transmissão ao vivo pelo canal do youtube do
76 Conede SC e ficou lá disponível para quem quiser acessar essa transmissão, foi muito
77 legal, muito importante. Esse encontro é 1 dia só, onde é feito a programação com uma
78 comissão do Conede junto com o Conselho que irá sediar esse evento. O Presidente Paulo
79 relata que é importante fazer o ano que vem esse evento, já em dezembro a gente decidir,
80 porque ano que vem também são 25 anos de Conede, para gente tentar fazer um
81 planejamento junto com a mesa diretora para os próximos dois anos, algum Conselheiro é
82 contrário? Foi aprovado. 9- Debate sobre a lei da fibromialgia – Lei estadual nº 18.928/2024.
83 O Secretário Alexandre faz a leitura da Lei. O Presidente Paulo passa a palavra para o
84 Conselheiro Jairo. O Conselheiro fala que acredita que cabe uma ação de
85 inconstitucionalidade, tendo em vista que estão colocando doença como deficiência, a
86 minha sugestão que o que o Conede possa trabalhar para fazer uma ADIN, outra sugestão
87 é o Conede enviar um expediente para todos os deputados estaduais, para o governo
88 demais Secretarias afins, externalizando o posicionamento do Conede, e apresentando a
89 eles os argumentos técnicos em relação a esse assunto. E o que está acontecendo é a
90 redução de direitos da pessoa com deficiência, porque tem muita gente solicitando essas
91 ações afirmativas. Então, fibromialgia não é deficiência. A fibromialgia pode levar a uma
92 deficiência, e daí é uma outra situação. A Conselheira Juliana Buratto, relata que passando
93 aqui para falar sobre as novidades referente a carteirinha da fibromialgia, tendo em vista
94 legislação que coloca a pessoa com fibromialgia como pessoa com deficiência, a FCEE
95 que coordena a política na educação especial no Estado, veio essa demanda para a
96 Fundação em relação a carteirinha do passe livre, ficou definido que a carteirinha da



97 pessoa com fibromialgia, a Fundação vai aderir essa demanda, a carteira de passe livre
98 terá tanto física quanto digital, a digital somente a partir de 2025, foi padronizado na
99 fibromialgia que a pessoa tenha um atestado, que a Associação da fibromialgia e a
100 Fundação que consta o CID que está na lei 10M 79.7 e também o CID 11 no atestado
101 modelo e a pessoa irá receber a carteirinha do passe livre e na mesma carteirinha constar
102 a fibromialgia com seu CPF. A Fundação está com essa demanda, pois temos 130 mil
103 pessoas com fibromialgia no Estado, e o médico sugere-se reumatologia, mas não impede
104 de ser um clínico geral e as Apaes credenciadas também para a emissão das carteirinhas,
105 evitando o deslocamento das pessoas até a FCEE. O Conselheiro Jairo relata que só para
106 exemplificar o transtorno que dá quando os legisladores criam essas normativas sem
107 consultar os que tem de direito, e joga todo um sistema em check, porque o que vai
108 acontecer agora, a Fundação fica sobrecarregada, as Entidades ficam sobrecarregadas, o
109 transporte fica também sobrecarregado, e daqui a pouco vai acontecer o que já acontece
110 com a isenção de impostos de veículos, vamos ter cada vez mais dificuldades. Então os
111 deputados precisam ser provocados para que possam ouvir o CONEDE, a FCEE, as
112 Instituições, possa fazer uma audiência pública verdadeiramente para tirar diretrizes, não
113 para essas audiências públicas que a gente vê que é só um faz de conta. A Conselheira
114 Sabrina da Luz, fala que o Conselheiro Jairo falou que as vezes não tem manifestação, que
115 os Deputados encaminham, inclusive encaminharam aqui para a Saúde, nós fizemos uma
116 manifestação contrária, as manifestações acontecem, mas o grau que é acatado ou não,
117 daí isso não sei informar. O Conselheiro Jairo coloca suas propostas, a primeira um
118 documento técnico explicativo para todos os 40 deputados da Alesc, Governo do Estado e
119 Secretarias afins, explicando essa dificuldade e preocupação das pessoas com deficiência
120 nessa pulverização da deficiência de forma aleatória, e a outra eu gostaria de sugerir, não
121 sei como, não tenho esse conhecimento, para provocar uma Ação de Inconstitucionalidade,
122 uma ADIN, porque eu percebo que estão se extrapolando as ações, se o Conede tiver
123 como provocar essa ADIN, seriam essas sugestões. O Presidente Paulo fala que sobre a
124 ADIN, a assessoria jurídica que o Conede se refere é a mesma da Secretaria de Estado,
125 vou deixar essa proposta para gente verificar internamente e quais as possibilidades e
126 trazemos a resposta na próxima plenária. O Conselheiro Jairo relata que precisa fazer por
127 escrito a consulta para assessoria jurídica e peça o retorno por escrito, é apenas uma
128 sugestão. O Presidente Paulo pergunta se alguém contrário a proposta do Conselheiro
129 Jairo, sobre pedir consulta para assessoria jurídica sobre a ADIN? Ninguém se manifestou
130 em contrário, está aprovada. A proposta de envio de documento para os 40 deputados
131 estaduais, governo do Estado e tudo mais, sobre direito da pessoa com deficiência, alguém
132 em contrário? Está aprovada a proposta. O Conselheiro Jairo relata para fazer o
133 documento técnico tem que ser uma função em conjunto. O Secretário Alexandre vai
134 aguardar a formulação do documento, que ficará centralizado com o Conselheiro Jairo,
135 para depois ser enviado. A Conselheira Sabrina da Luz, diz que pode também auxiliar na
136 elaboração do documento técnico e a sugestão também encaminhar ao Ministério Público.
137 O Presidente Paulo relata que vamos fazer um documento só e o encaminhamento será o
138 mesmo texto para todos. E para o governo, será encaminhado para Casa Civil e que
139 compartilhe com os demais Secretários de Estado que tem afinidades com o segmento. As
140 propostas foram aprovadas pelos Conselheiros. O Secretário Alexandre fala que foi
141 agendado para o dia 19/11/24 as 11h no gabinete 118 com o Deputado Dr Vicente
142 Caropreso, Presidente da Comissão de defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da
143 Alesc com a pauta conforme solicitado aqui em plenária, sobre os projetos de leis, incluindo
144 doenças como deficiências. A Assessora do Deputado precisa dos nomes dos



145 Conselheiros que irão participar da reunião: Jairton Fabeni, Angelita Nunes, Jairo da Silva,
146 Tatiana Almeida Sada. A Conselheira Angelita pede pauta para a próxima ordinária, sobre
147 a fiscalização da Lei para notificação das Instituições, das crianças nascidas com síndrome
148 de down. 10- Discussão sobre a surdez unilateral. A Conselheira Juliana Probst relata que
149 sobre a surdez unilateral, eu que eu gostaria de esclarecer e podemos discutir, outros
150 surdos podem sugerir comigo. Temos duas situações diferentes, com a vaga de trabalho
151 por exemplo, a lei foi aprovada que o surdo bilateral tem direito a vaga de trabalho, já o
152 surdo unilateral, se acontecer de participar de uma prova, qualquer área, dependendo do
153 local, o unilateral sempre consegue a vaga mais fácil que o surdo profundo que não oraliza,
154 vai usar libras para se comunicar. O surdo oralizado tem mais chances de receber a vaga,
155 porque não tem barreira, já o surdo bilateral, profundo, precisa de uma comunicação
156 através da libra. Então eu gostaria de trazer esse tema para discussão sobre a pessoa
157 surda na vaga de trabalho. O Presidente Paulo pede licença que tem outra atividade na
158 Fundação e passa a condução desta reunião ao Vice-Presidente Jairton Fabeni. O
159 Conselheiro Sidnei fala que quer se manifestar nesse assunto da pessoa surda, que é
160 oralizada e a pessoa surda que faz uso das libras, isso é muito comum acontecer inclusive
161 com pessoas com deficiência visual, uma pessoa com visão monocular em detrimento de
162 uma pessoa cega, claro que a empresa vai escolher a pessoa com visão monocular e isso
163 vai acontecer com o surdo e tudo mais. Para gente discutir isso teremos que mexer na lei
164 de 1991 que é a lei de cotas, já foi feito várias tentativas para que a gente possa priorizar a
165 pessoa com deficiência mais grave, em determinadas vagas, porem a fiscalização já é
166 difícil cumprir a lei de cotas, imagina priorizar uma pessoa surda bilateral em detrimento de
167 uma pessoa oralizada por exemplo, já foi tentado inclusive que a pessoa, a empresa
168 contratasse com deficiência grave, ela pudesse assinar por duas vagas, não rolou muito, os
169 auditores fiscais tentavam cobrar nesse sentido, porem a realidade é bem diferente. A
170 pessoa com deficiência mais leve ou moderada, sempre vai ter prioridade em cima das
171 questões das cotas, isso está acontecendo com a questão do emprego e vai acontecer
172 com todos os outros direitos, essas leis que estão transformando pessoas com doenças em
173 pessoas com deficiência, é uma forma de tentar tirar os direitos, porque quando a gente
174 tem mais de 50% da população com deficiência é insustentável manter direito para todo
175 mundo. É nesse sentido que teríamos que discutir a lei de cotas. A Conselheira Juliana
176 Buratto relata que fez contato com a Luciana Xavier do MPT do trabalho, e tínhamos
177 dúvida se a fibromialgia entraria nas vagas de cotas ou não, e ela nos informou que só
178 entra na vaga de cotas, deficiências que são aprovadas em nível nacional, somente lei
179 estadual não entra. A Conselheira Marcela relata que com referência esse tema, ao
180 acessar ao RH que não aceita o contato com o surdo sinalizante, mas é principalmente aos
181 surdos que oralizam, então a maioria das vagas que são aceitas, precisa melhorar o
182 acesso a vagas nas empresas aos surdos. A Conselheira Juliana Probst relata que nesse
183 momento eu gostaria mesmo de iniciar uma conversa, lançando na reunião, porque hoje
184 por exemplo, outro assunto a respeito da ata foi recebido hoje próximo do horário da
185 reunião e sobre a pauta eu não consegui acompanhar o texto, por conta de eu ser surda,
186 alguma opinião rápida de aprova ou não, e a ata ser enviada com mais antecedência. O
187 Vice-Presidente Fabeni relata que a ata e a pauta foram encaminhadas com antecedência,
188 por e-mail. O Secretário Alexandre esclarece que o que foi encaminhado hoje foi a ata
189 finalizada, a ata foi enviada com antecedência para correções e hoje foi apenas a finalizada
190 que não teve nenhuma alteração. Com referência a pauta ela é encaminhada com 10 dias
191 de antecedência da reunião ordinária. 11- Assuntos Gerais: O Vice-Presidente Fabeni
192 solicita se tem alguém inscrito. A Conselheira Michele comenta que gostaria de



193 complementar a fala das Conselheiras Marcela e Juliana Probst, que as pessoas surdas
194 têm dificuldades para acessar empregos e concursos, no sentido que eu como experiência
195 por 20 vezes já me inscrevi em concurso e sempre o surdo unilateral que aprova e que
196 passa e percebo que não tem uma avaliação de que a pessoa, por exemplo, um curso
197 relacionado ao ensino de libras, compreensão, habilidades, não está instituída na lei esses
198 critérios. O Conselheiro Sidnei pergunta se o item do ofício para a Polícia Científica foi
199 enviado, se teve algum encaminhamento da reunião anterior, a falta de acessibilidade no
200 site de agendamento da carteira de identidade. O Secretário Alexandre informa que o
201 documento foi enviado via SGPe e que irá compartilhar no grupo com os Conselheiros do
202 Conede. A Conselheira Bruna gostaria de informar a todos que no dia 03 de dezembro nós
203 vamos comemorar os 10 anos do Comped Blumenau, o Conselho Municipal dos Direitos da
204 Pessoa com Deficiência e é o dia internacional da Pessoa com Deficiência, e quero
205 convidar a todos vocês para estarem conosco nesse dia, o convite vou compartilhar no
206 grupo e o Alexandre e o Vice-Presidente Fabeni, estarão conosco nesse evento e muitas
207 pessoas ainda no município desconhecem o conselho, o trabalho que é feito, bem atuante
208 e para juntos trabalharmos cada vez mais em prol da pessoa com deficiência. O Vice-
209 Presidente Fabeni fala para complementar o que a Conselheira surda, que falando da
210 deficiência unilateral são as mesmas dificuldades que elas enfrentam, é praticamente nós
211 com deficiência visual sofremos também com as pessoas com visão monocular. Nós
212 precisamos de acessibilidade para fazer concursos, nas provas e o monocular não precisa
213 de nada, vai lá faz a prova sozinho e não precisa de nada. Travamos uma luta para não
214 aprovação do monocular, por justamente por isso, teríamos uma grande dificuldade em
215 todas as deficiências, e isso vai acontecer cada vez mais pior para todos nós que
216 realmente somos pessoas com deficiência, nós tivemos uma doença que adquirimos a
217 deficiência, então era isso, cada vez vai ficar mais complicado mesmo. 12- Encerramento:
218 O Vice-Presidente Fabeni agradece a participação de todos e assim sendo dando por
219 encerrada a reunião, na qual foi lavrada a ata pelo Secretário de Conselho, Alexandre
220 Belino, documento que será enviado aos Conselheiros por e-mail para ser aprovado na
221 próxima reunião e publicado no site da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher
222 e Família:
223 <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2024-8>.
224 Nossa reunião foi gravada e transmitida ao vivo no canal do youtube do Conede SC:
225 <https://www.youtube.com/@conedesc>. Florianópolis, 07 de novembro de 2024.

226